

**Nem jornalista, nem somente audiência:
o cidadão como coprodutor da notícia**

**Neither journalist nor only audience:
the citizen as news coproducer**

*Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior*¹

*Heitor Costa Lima da Rocha*²

*Giovana Borges Mesquita*³

Resumo

O Jornalismo é uma instituição central na democracia. É a grande *Praça Pública* do País, onde diariamente nos informamos sobre o mundo que nos cerca. A sociedade mudou e o Jornalismo também. Hoje tem pela frente uma série de desafios e o principal deles é a participação cada vez mais efetiva da audiência na produção das notícias e na agenda dos jornais. O artigo se propõe a refletir, a partir da perspectiva teórica construtivista, no caso da construção da notícia, sobre esse novo desafio ao Jornalismo, procurando evidenciar algumas características deste fenômeno que vem tomando corpo na interação do campo jornalístico com a sociedade. As reflexões ao longo do artigo são resultantes do trabalho que desenvolvemos no projeto de extensão *Jornalismo: Cidadão-Repórter-Cidadania*, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

¹ Professor Adjunto e integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Email: a.vizeu@yahoo.com.br

² Professor Adjunto e integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Email: hclrocha@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade. Email: giovanamesquita@yahoo.com.br

Palavras-chave

Jornalismo; Coprodução; Teorias do Jornalismo; Cidadania.

Abstract

Journalism is a major institution for democracy. It is a *large plaza* in the country where in a daily base we look for information about the world surrounding us. Society has changed and Journalism has changed too. Nowadays it has a set of challenges before it, the main one being the ever more effective audience participation both in news production and in newspapers agenda. This article has the purpose of thinking about this new challenge to Journalism from the perspective of constructivism theory and in the case of news construction. We try to emphasize some characteristics of this phenomenon that is becoming stronger along the interaction of Journalism field and society. The thoughts exposed in this article come as a result of activities in the extensionist project *Journalism: Citizen-Reporter-Citizenship*, which is being carried out in the Federal University of Pernambuco.

Keywords

Journalism; Coproduction; Journalism Theory; Citizenship.

Introdução

No Brasil, o campo jornalístico desempenha um papel central como fonte de informação primária, mais rápida, barata e cômoda para as pessoas se informarem sobre o seu cotidiano.

Nesse processo, a atividade jornalística desenvolve uma pedagogia do campo que contribui para as pessoas entenderem o mundo que as cerca. É através dos telejornais, revistas, jornais, rádio, televisão e Internet que a maioria dos brasileiros e das brasileiras toma contato com o mundo que os cerca. Nesse sentido, o Jornalismo funciona como uma esfera pública que ocupa um lugar de referência, onde as pessoas - em meio à fragmentação e velocidade dos fatos e acontecimentos - encontram uma espécie de orientação nas sociedades complexas, *uma ilha de segurança*.

Apesar das pressões do campo econômico entendemos que um outro Jornalismo é possível. Essa convicção motivou a primeira fase do projeto de extensão *Jornalismo:*

Cidadão-Repórter-Cidadania, desenvolvido pelo Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sobre a participação da audiência, no espaço Cidadão Repórter, criado pelo Diário de Pernambuco, jornal mais antigo em circulação na América Latina. Nesta etapa, foram realizadas oficinas com os *cidadãos-repórteres* para disponibilizar informações sobre os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia que norteiam a codificação jornalística, possibilitando a qualificação da sua contribuição e, assim, conferindo maior representatividade e legitimidade às notícias veiculadas.

Atualmente, o projeto de extensão encontra-se na sua segunda fase com a realização de entrevistas individuais e grupos focais para avaliar como os *cidadãos-repórteres* receberam as orientações apresentadas nas oficinas, como concebiam a sua participação na produção das notícias na página impressa do Diário de Pernambuco e como ainda concebem a sua participação no fórum mantido na Internet. Posteriormente, os jornalistas do Diário de Pernambuco serão entrevistados para a análise de como entendem a sua atuação e o papel dos *cidadãos-repórteres*. A página impressa foi extinta no início de 2011 e se faz necessário investigar, nas entrevistas com os profissionais, se isso pode ser considerado como um retrocesso na maneira do periódico compreender as especificidades da necessidade de legitimação no novo cenário midiático, em que a grande mídia não tem mais o monopólio de acesso à discussão pública, como tradicionalmente e até recentemente acontecia.

Agimos no sentido de contribuir para a reflexão e para o empoderamento da cidadania, do ponto de vista teórico e prático, através, não só, de uma leitura crítica do Jornalismo pelos profissionais e cidadãos, mas também da qualificação do espaço disponibilizado pelo Diário de Pernambuco como um lugar para a manifestação de cidadãos e cidadãs na construção de suas próprias formas de organização.

Sobretudo, num momento em que homens e mulheres passam a ter uma importância significativa como copartícipes junto à mídia no processo de produção da notícia e também como possíveis promotores de discussão sobre questões públicas. Mais do que *cidadãos-repórteres* é nossa preocupação contribuir para que a sociedade aumente sua participação no espaço público com o Jornalismo possibilitando novos instrumentos para o exercício da cidadania.

O projeto “Jornalismo: cidadão-repórter-cidadania”

A primeira etapa do projeto de extensão *Jornalismo: Cidadão-Repórter-Cidadania* foi iniciada em setembro de 2009 e concluída em dezembro de 2010. Vinculado ao Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o projeto teve como objeto o Fórum denominado Cidadão-Repórter colocado no ar, em 2007, pelo Diário de Pernambuco, no qual as pessoas podem discutir temas sobre cidadania, transporte, trânsito, cultura, saúde, segurança pública, entre outros, com espaço ainda para publicação de fotos e vídeos feitos pelos internautas. Além do Fórum no portal Pernambuco.com, o Cidadão-Repórter dispunha, durante a primeira etapa do projeto de extensão, de um espaço na versão impressa do Diário de Pernambuco, às terças-feiras, no caderno Vida Urbana. O conteúdo postado no Fórum não é mediado pelo jornalista, mas podia interferir na pauta do jornal impresso, que é o mais antigo em circulação da América Latina.

Diante desse quadro, o projeto de extensão se propôs a acompanhar, instrumentalizar e contribuir na formação desses *cidadãos-repórteres* com a preocupação de disponibilizar-lhes instrumentos para a produção de notícias, bem como para o aprofundamento da concepção dos jornalistas sobre a sua própria atividade profissional.

Dentre as atividades do projeto foram realizadas oficinas, seminários e eventos que permitiram a circulação do conhecimento crítico sobre o campo jornalístico. Além de instrumentalizar esses cidadãos e cidadãs, que passam a figurar como novos atores no processo de produção de notícias, outro objetivo do projeto de extensão era contribuir para que os *cidadãos-repórteres* conscientes de seus direitos se organizassem e procurassem reivindicar junto às instituições de direito (Executivo, Legislativo e Judiciário) seus pleitos, funcionando o Jornalismo como um espaço de mediação e de ação nesse processo de conscientização, passando a ocupar um lugar ainda mais relevante na contribuição para o aperfeiçoamento da democracia. Da mesma maneira, o projeto tem o intuito de contribuir para uma visão mais consistente dos jornalistas sobre a necessidade de buscar maior representatividade e legitimidade para os seus produtos através de uma crescente e gradativa inclusão social de setores que tradicionalmente não participam do processo de formação de sentidos no espaço público.

Da recepção passiva a coprodução de notícias

Com o avanço das mídias digitais, vivenciamos no Jornalismo um momento no qual Chaparro (2009) identifica uma *revolução das fontes*. Ou seja, homens e mulheres começam a deixar de ser *receptores passivos* da televisão, do rádio e dos jornais para interferirem e participarem de uma forma mais efetiva do processo de produção de conteúdos para as mídias. Chaparro (2009, p.7) destaca que “tendo o fato produzido e a sua notícia como principais ferramentas de ação, as fontes, antigamente passivas, se transformaram em instituições deliberadamente produtoras de conteúdos, por meio de fatos e falas noticiáveis”.

Jenkins (2008) observa que a Internet aumentou a possibilidade de participação, com a criação, a disseminação de notícias, de informações e conteúdos audiovisuais feitos pelos usuários. Essa nova prática, que possibilita ao cidadão comum poder ser coprodutor de notícias, vem tomando forma na sociedade da informação, na fase denominada Jornalismo digital de terceira geração, em que os *sites* jornalísticos incorporam outros *media*, sendo designados hipermediáticos. Assim, a interatividade e a hipertextualidade acentuam-se com a convergência dos meios e buscam suprir as demandas dos cidadãos, de forma individualizada, segmentada, e não de forma massiva como acontecia com as mídias convencionais. A interatividade prevê oportunidades de participação do internauta para expressar opiniões, votar, enviar produções em vídeo ou em outros suportes, embora essa liberdade esbarre nos limites preestabelecidos individualmente pelos *sites* (MIELNICZUK, 2003).

Diante desse novo desafio, entendemos que o Jornalismo pode passar a ocupar um espaço ainda mais importante do que o que desempenhava tradicionalmente nas mídias convencionais, em face de sua influência sobre a maneira com que os cidadãos e cidadãs percebem e organizam mentalmente o mundo ao seu redor. Neste novo contexto de construção dos sentidos midiáticos, o cidadão precisa urgentemente, como destaca Chaparro (2007), descobrir, tomar consciência, se preparar para exercer os novos papéis que lhe cabem, em uma sociedade movida pelas energias da informação e pelos embates discursivos de instituições e pessoas que precisam saber o que dizer, como dizer e quando dizer.

Com o trabalho diário - permanente e em tempo real, no caso do *webjornalismo* - de oferecer informações a um público cada vez mais ávido de notícias, o Jornalismo enfrenta uma relação denominada de *assimetria fundamental* com as fontes oficiais e privilegiadas,

que se constituem, geralmente, em “senhoras da situação, sobretudo quando representam o poder (representantes dos corpos constituídos do Estado) e o seu aparelho (a administração), ou os meios influentes no seio da sociedade” (CORNU,1999, p. 271).

Assim, as fontes estratificam-se em fontes oficiais, que usufruem um acesso privilegiado à pauta jornalística, e as demais que se encontram na periferia da estrutura de poder (movimentos sociais e o simples cidadão de uma maneira geral), sofrendo, quase sempre, uma exclusão sistemática do debate público articulado pelo Jornalismo que compromete a representatividade e legitimidade da representação simbólica que constrói a realidade. Na tradição da Teoria do Agendamento, Molotch e Lester (1999) denominam as primeiras (a agenda política governamental) de promotoras da notícia, enquanto as demais são relegadas à agenda pública dos simples consumidores da notícia.

A mesma preocupação é manifestada na Teoria Estruturalista, por Hall (1999) e outros pesquisadores, que chegam a denunciar que, quase sempre, os jornalistas não são os definidores primários - e sim secundários - da notícia devido à sua dependência das informações estratégicas monopolizadas pelas autoridades do aparelho de Estado e das grandes corporações do mercado.

Devido à desigualdade existente entre as fontes oficiais e as demais dos movimentos sociais e simples cidadãos, as oportunidades de surgirem informações da periferia da estrutura de poder, que enriqueçam e confirmem maior representatividade ao espaço público articulado pelo Jornalismo, em geral, só acontecem, segundo Habermas (1997), em situações de crise, quando o sistema de sanções e recompensas dos meios de controle sistêmicos não conseguem compensar as expectativas de maior legitimidade nas deliberações sobre as questões de interesse coletivo. Neste caso, verifica-se nas decisões o que Habermas (1997) classifica como modelo de iniciativa externa.

Usualmente, no entanto, prevalece o modelo de acesso interno à estrutura de poder, em que as deliberações são apenas comunicadas à sociedade, sem que tenham sido precedidas de uma discussão aberta na esfera pública, conforme o ideal republicano democrático do auto-governo dos cidadãos que formam a sociedade. Até mesmo quando o Jornalismo investigativo ou a pressão dos cidadãos nos movimentos sociais conseguem institucionalizar no espaço público assuntos inconvenientes para a estrutura de poder (modelo de mobilização), ainda assim geralmente prevalece à lógica dos interesses particulares

poderosos, já que estes setores possuem muito mais recursos para mobilizar apoios e adesões às suas pretensões. Contudo, é rica a constatação de que os cidadãos e os movimentos sociais, quando conseguem acesso à visibilidade jornalística, podem mobilizar solidariedade suficiente para formar opinião e vontade política a ponto de constituir as suas reivindicações como poder comunicativo e, assim, obrigar o Legislativo a transformá-las em leis e fazer o Executivo e o Judiciário cumpri-las.

Segundo Berger e Luckmann (2004), isso promove uma oxigenação do espaço público com a assunção do Jornalismo no rol das *instituições intermediárias*, aquelas que conferem ao cidadão o direito de participar da construção de sentido e, conseqüentemente, da construção social da realidade, combatendo a crise de sentido alimentada pela tendência à alienação e anomia que se verifica na modernidade. Esta intermediação inclui o indivíduo no processo de formação de sentidos e dos padrões de experiência e ação estabelecidos na sociedade, fazendo com que “a reserva existente de sentido não seja experimentada como imposta e prescrita autoritariamente, mas como oferta que foi formada pelo conjunto dos membros individuais da sociedade e que é passível de mudança” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 70).

Estes autores entendem que faz parte da responsabilidade dos meios de comunicação de massa “apoiar as instituições intermediárias no âmbito de um ‘mercado desregulado’ de oferta de sentido”, de maneira que realmente possam atuar “como geradoras e sustentadoras de sentido na conduta de vida dos indivíduos e na coesão de comunidades de vida” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 74-83).

Foi com este compromisso que o trabalho de extensão realizou-se, a partir do conceito do Jornalismo como lugar de referência (Vizeu, 2005), para contribuir com a possibilidade, que se vislumbra no novo cenário, de o cidadão participar da produção do acervo social de sentido e da construção social da realidade, conferindo, ao mesmo tempo, sentido à sua vida e possibilidade de sentimento de pertencimento à sociedade.

A hipótese com que trabalha Vizeu (2005) é a de que o telejornalismo representa um lugar de referência para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo.

A abordagem desenvolvida no trabalho de extensão, com o conceito de lugar de referência, evidencia a preocupação de estudar um novo fenômeno que desafia o Jornalismo

no processo de mudanças e transição que estamos vivendo: as novas relações que estão se estabelecendo entre a audiência e a produção jornalística. A perspectiva do Jornalismo como um lugar de referência aponta hoje para um novo agente no processo, que denominamos *mediador público*, ou seja, aquele cidadão que se relaciona com os veículos enviando fotos, sugestões de pauta ou e-mails à redação.

Dessa forma, cada vez mais observamos a construção de novas relações entre a audiência e campo de produção do Jornalismo. Nesta perspectiva, procurou-se evidenciar algumas características deste novo fenômeno que vem tomando corpo na interação do campo jornalístico com a sociedade, com o objetivo de vislumbrar possibilidades de ampliação do lugar de referência estabelecendo-se uma ponte mais estreita entre a produção e a audiência, o que confere maior sentido e legitimidade social ao produto jornalístico.

Perspectiva teórica construtivista

O projeto de extensão insere-se na perspectiva teórica epistemológica e metodológica construtivista, no caso da construção da notícia, através do compromisso crítico com a legitimação social, a afirmação e a valorização da cidadania das pessoas, no qual se evidenciam os ideais de esclarecimento e iluminação que inspiram os melhores momentos dos profissionais de imprensa, desde os primórdios deste sistema de troca de informações generalizado que foi capaz de desenvolver uma racionalização pública sobre o exercício do poder, fazendo ruir o fundamento de legitimidade teocrático da monarquia e instituir a opinião pública como fonte única e exclusiva de legitimação das leis do Estado de direito democrático moderno.

Assim, entende-se que os pressupostos epistemológicos e metodológicos do construtivismo permitem vislumbrar uma consciência ética ao destacar a capacidade humana de participar da construção social da realidade e, assim, inculcar nas pessoas a necessidade de assunção de responsabilidade sobre o processo de deliberação e definição dos destinos da sociedade. Na verdade, as concepções holísticas, especialmente a Teoria Social Funcionalista de inspiração positivista, não conseguem conceber uma ação humana racional direcionada para a crítica e a mudança social. Portanto, não há como não reconhecer nas Teorias da Ação, fundamentadas no paradigma construtivista, o mérito de identificar no ser humano a capacidade de reproduzir e/ou, também, transformar a realidade estabelecida na sociedade.

Esta capacidade transcendental do ser humano, porém, enfrenta o que Adorno (1985, p. 120-122) denomina de *idioma da naturalidade*, que cria “o paradoxo da rotina travestida de natureza”, procurando blindar a ordem institucional de questionamentos ao colocar “as formas reais do existente como algo de absoluto”. Para Barthes (2003, p. 151-152), a naturalização “transforma a história em mito”, uma vez que a torna “simultaneamente imperfectível e indiscutível: o tempo e o saber nada lhe podem acrescentar ou subtrair”, desta forma se constituindo na “função essencial do mito”. Assim, pode-se perceber a reificação como resultado do processo de naturalização.

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 122-123).

Neste processo de objetivação, o mundo social passa a ser percebido pelo homem como algo situado fora dele, como uma facticidade não-humana, e “os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produtos da natureza das coisas” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 123). Exatamente como faz a Teoria do Espelho no Jornalismo, ao tentar explicar como as notícias são, com a afirmação de que é a própria realidade que assim as determina.

A reificação resultante da naturalização faz com que a ordem institucional como um todo seja aceita como uma fatalidade, bem como os papéis desempenhados pelos indivíduos:

Os papéis podem ser reificados da mesma maneira que as instituições. O setor da autoconsciência objetivado num papel é então também apreendido como uma fatalidade inevitável, podendo o indivíduo negar qualquer responsabilidade. A fórmula paradigmática desta espécie de reificação é a proposição ‘não tenho escolha neste assunto, tenho de agir desta maneira por causa de minha posição’, como marido, pai, general, arcebispo, presidente da diretoria, bandido ou carrasco, tal seja o caso (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 125).

No sentido contrário, o construtivismo apresenta um inegável componente ético ao chamar a atenção das pessoas para o fato de que têm a capacidade transcendental de transformar a si próprias e ao mundo participando da construção social da realidade. Uma vez cientes desta possibilidade construtiva, as pessoas não podem deixar de assumir a

responsabilidade de exercer sua cidadania na discussão pública que o Jornalismo articula sobre os rumos que a sociedade pode e deve tomar.

Considerações finais

O Jornalismo é uma instituição central na democracia. É a grande *Praça Pública* do País, onde diariamente nos informamos sobre o mundo que nos cerca. A sociedade mudou e o Jornalismo também. Hoje tem pela frente uma série de desafios e o principal deles é a participação cada vez mais efetiva da audiência na produção das notícias e na agenda dos jornais. Homens e mulheres denominados de *repórteres-cidadão(ãs)* representam um momento importante nesse processo. Foi com a preocupação em procurar mostrar, enfatizar e refletir sobre a participação da audiência nos jornais que o Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desenvolveu, na sua primeira fase de pesquisa, o projeto de extensão *Cidadão-repórter-cidadania*.

Algumas questões podem ser destacadas do projeto de extensão que desenvolvemos. A primeira delas é de que o Jornalismo pode desempenhar um papel importante na discussão pública mobilizando cidadãos e cidadãs para a discussão de temas como transportes, segurança, entre outros, que são relevantes na vida das pessoas. Esses cidadãos e cidadãs não jornalistas passam a ocupar um novo espaço no processo de produção da notícia como coprodutores da mesma, o que lança novos desafios ao Jornalismo. O *repórter-cidadão*, na falta de um conceito mais consistente, é um coprodutor da notícia e o jornalista neste processo permanece como o mediador e codificador da informação. Essa constatação vai de encontro, ao que colocam alguns autores, sobre o fim do Jornalismo com a possibilidade de todos os cidadãos poderem se tornar jornalistas.

Outra constatação importante do trabalho é que alguns *cidadãos-repórteres* formam grupos de discussão sobre temas de interesse coletivo. Nesse sentido, o Jornalismo dá uma interessante contribuição na perspectiva de mobilizar as pessoas de uma forma que elas mesmas passem a se organizar e não vejam no Jornalismo o lugar do Executivo, do Judiciário e do Legislativo. Cabe aos cidadãos e cidadãs intervir e cobrar das instituições políticas públicas, mas o jornal é um lugar que os cidadãos e cidadãs devem usar como veículo para denunciar o descaso, quando o poder público é acionado e não toma providências.

Entendemos que o trabalho de extensão pode abrir novos espaços para uma participação cada vez mais efetiva de cidadãos e cidadãs na produção da notícia e, mais do que isso pode contribuir para uma retomada mais forte da discussão sobre o espaço público.

Acreditamos que o nosso objetivo foi atingido no final do projeto, em particular, com a produção de orientações para o *cidadão-repórter*, nas quais procuramos mostrar que um outro Jornalismo é possível. A intenção foi disponibilizar meios que contribuíssem para uma leitura crítica da realidade e da própria mídia. Buscamos apontar alguns caminhos no sentido de procurar mostrar que o jornal é uma instituição básica numa sociedade democrática, porém não cabe a ele substituir instituições dessa sociedade: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Ainda procuramos contribuir, por meio das orientações gerais, para que os *cidadãos-repórteres* conscientes de seus direitos se organizassem e procurassem reivindicar junto às instituições de direito (Executivo, Legislativo e Judiciário) seus pleitos funcionando o Jornalismo como um espaço de mediação e de ação nesse processo de conscientização, passando a ocupar um lugar ainda mais relevante na contribuição para o aperfeiçoamento da democracia.

A recepção dessas orientações contidas na denominada *Cartilha dos Cidadãos-Repórteres* está sendo avaliada na segunda fase do projeto de extensão. Por meio de entrevistas individuais e grupos focais procuramos identificar como esses atores concebem seu papel e como se dá o desempenho da mídia neste novo contexto em que os veículos de comunicação enfrentam, de forma cada vez mais complexa, a incontornável tarefa de legitimar-se perante a audiência, o que, aliás, se constitui como contrato pragmático fiduciário, condição imprescindível para a sua existência desde o seu surgimento histórico.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido:** a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHAPARRO, Manuel. **Pragmática do Jornalismo:** buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 2007.

_____, **Jornalismo:** linguagem e espaço público dos conflitos da atualidade. São Paulo, 2009. Inédito

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade:** para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget Editora, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart e outros. A produção social das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega Editoria, 1999.

JENKINS, H. **A cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2008.

MIELNICZUK, L. **Jornalismo na web:** um estudo sobre o formato da notícia na escrita hipertextual. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas)- Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2003.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega Editoria, 1999.

VIZEU, Alfredo Eurico. **O Lado Oculto do Telejornalismo.** Florianópolis: Editora Calandra, 2005.